



TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

ATA

Reunião do Comitê de Gestão Estratégica da Justiça Federal da 1ª Região – CGER-TRF1

em conjunto com a

4ª REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA**Exercício 2017****Data: 31/03/2017****Local: Espaço Orlando Gomes****Transmissão por videoconferência entre o TRF1, SJMG, SJMA e SJRO**

Presentes os participantes integrantes do CGER:

- Desembargador Federal Hilton Queiroz – Presidente
- Desembargadora Federal Gilda Maria Carneiro Sigmaringa Seixas – Coordenadora dos JEFs
- Juiz Federal Newton Pereira Ramos Neto - Gestor Estratégico de Metas da Justiça Federal do 1º Grau
- Juiz Federal Pablo Zuniga Dourado - Gestor Estratégico de Metas da Justiça Federal do 2º Grau
- Juiz Federal Lino Osvaldo Serra Sousa Segundo – Diretor de Foro da Seção Judiciária do Maranhão
- Juíza Federal Simone dos Santos Lemos Fernandes – Diretora de Foro da Seção Judiciária de Minas Gerais
- Juiz Federal Marcelo Stival – Diretor do Foro da Seção Judiciária de Rondônia
- Carlos Frederico Maia Bezerra - Diretor Geral

Demais participantes:

- Maria Carolina de Souza Ribeiro - Diretora da Divisão de Planejamento Estratégico
- Rafaela Alvim Possas Bastos – Supervisora Seção de Acompanhamento de Resultados Estratégicos
- Vânia Regina Fernandes - Seção de Projetos Estratégicos
- Eloísa Cruz Moreira de Carvalho – Diretora da SECAD SJMG
- Claudete Iara Rodrigues Grossi – Supervisora da Seção de Modernização Administrativa - SJMG

I - PAUTA

- Rede de Governança da Estratégia e atribuições do CGER-TRF1
- Proposta de Planos de Ação 2018 do Tribunal e das Seções Judiciárias para integrarem a Carteira de Iniciativas Estratégicas
- Proposta de consolidação dos Planos de Ação 2016, 2017 e 2018, que passarão a constituir uma única Carteira de Iniciativas Estratégicas (até 2020)
- Política de Gestão de Riscos

II - ABERTURA DA REUNIÃO E GOVERNANÇA DA ESTRATÉGIA

O Presidente do Tribunal, Desembargador Federal Hilton Queiroz abriu a reunião, cumprimentando os presentes e passando a palavra à Diretora da Diple, que expôs a pauta e falou da governança da Estratégia, ressaltando a presença de três novos membros, Diretores de Foro das Seções de Maranhão, Minas Gerais e Rondônia.

Ela disse que a estratégia divide-se em três níveis:

- Nacional: estratégia nacional do Judiciário 2015-2020, estabelecida pelo CNJ, através da Resolução 198/2014;
- Justiça Federal: estabelecida pelo CJF, através da Resolução 313/2014;
- TRF 1ª Região: estabelecida pela Resolução Presi 29/2014.

Conforme explicou, as três Resoluções estabelecem a estratégia para o período de 2015 a 2020, então resumem basicamente quais são os objetivos estratégicos, os macrodesafios e as metas para o sexênio. Para controlar tudo isso, existem os seguintes comitês:

- Cogest- Comitê Gestor de Estratégica da Justiça Federal, do qual participam o Presidente do Tribunal, Desembargador Hilton Queiroz, e os Presidentes dos demais Tribunais da Justiça Federal, juntamente com o Presidente do CJF;

- Comitê de Gestão Estratégica Regional da 1ª Região, que é o que está em reunião, composto pelo Presidente do Tribunal, Diretor Geral, 3 Diretores de Foro de Seccionais em sistema de rodízio anual, Corregedor da Justiça Federal da 1ª Região, a Diretora da Cojef, a Diretora do Sistema de Conciliação, um juiz indicado pela Esmaf e dois gestores estratégicos de metas.

- Gestores de todas as unidades e seccionais, responsáveis pelo monitoramento e execução da estratégia.

As principais atribuições do comitê que está reunido, o CGER-TRF1, são apresentados por ela:

- propor políticas, diretrizes e recomendações para o aperfeiçoamento da Justiça Federal;

- atualizar o Plano Estratégico da Justiça Federal e o Plano Estratégico de Tecnologia da Informação;
- aprovar metas e iniciativas estratégicas da região;
- garantir os insumos e recursos, orçamentários e humanos, para o desenvolvimento, implantação e manutenção das iniciativas estratégicas e alcance de metas na região;
- promover Reuniões de Análise da Estratégia – RAEs trimestrais.

III – PROPOSTA DE CONSOLIDAÇÃO DOS PLANOS DE AÇÃO

A Diretora da Diple continuou em sua exposição e explicou que, em 2015, foi instituída a Carteira 2015/2016, através da Portaria Presi 392/2015, alterada pela Portaria Presi 388/2016; que, em 2016, foi instituída a Carteira 2016/2017, através da Portaria Presi 387/2016; e que, em 2017, será instituída a Carteira 2017/2018. A proposta foi a consolidação de todas as carteiras em uma única vigente até 2020, quando se encerrará o atual ciclo de planejamento estratégico, para que não se tenha vários documentos onde se buscar quais são as iniciativas adotadas pela 1ª Região. Ela disse que foi uma recomendação da Secretaria de Controle Interno do TRF1 em uma auditoria realizada na Secretaria de Gestão Estratégica e Inovação, no fim do ano passado.

O Diretor Geral ressaltou que a consolidação em um único plano de todos os projetos, já que muitos ainda não foram concluídos, tornaria mais fácil a consulta e controle.

A Diretora da Diple esclareceu que constarão também as propostas já concluídas em 2015 e 2016, para que fiquem registradas como iniciativas adotadas pela 1ª Região.

O Presidente do Tribunal, Desembargador Hilton Queiroz, questiona aos integrantes **se está aprovada a proposta de consolidação da Carteira de Iniciativas Estratégicas (2015 a 2020) e todos validam.**

IV – PROPOSTA DE PLANOS DE AÇÃO 2018 DO TRIBUNAL E DAS SEÇÕES JUDICIÁRIAS PARA INTEGRAREM A CARTEIRA DE INICIATIVAS ESTRATÉGICAS

A Diretora da Diple relatou que, nesse item da pauta, iriam aprovar as iniciativas que foram propostas para o ano de 2018 pelo Tribunal e Seccionais, que serão executadas com recursos orçamentários para o ano que vem. Informou que foram recebidas 133 propostas, distribuídas da seguinte forma:

Tribunal	SJAC	SJAM
3	5	6
SJAP	SJBA	SJDF
11	24	6
SJGO	SJMA	SJMT
14	9	1
SJMG	SJPA	SJPI
13	4	7
SJRO	SJRR	SJTO
7	13	10

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Implantação do sistema SERH do TRF4 na Justiça Federal da Primeira Região	dez/2019
2	e-Precweb	mai/2017
3	Processamento Inteligente de Demandas Judiciais - Procin-Jud	mai/2019
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ACRE		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Redução de acúmulo de processos e aumento das soluções por conciliação	dez/2020
2	Redução do absenteísmo e melhoria da qualidade de vida dos servidores	dez/2020
3	Contratação de empresa para realizar a avaliação ergonômica dos postos de trabalho.	dez/2018
4	Implantação dos sistemas de controle interno nas unidades da área administrativa	dez/2018
5	Criação da Carta de Serviços da Justiça Federal do Acre	dez/2017
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE AMAZONAS		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Ouvidoria Administrativa da Seção Judiciária do Amazonas	dez/2018
2	Mapeamento dos Processos de Trabalho da Turma Recursal AM/RR	abr/2018
3	II Encontro dos Diretores da Seção Judiciária do Amazonas	dez/2018
4	Curso: Gestão de Riscos no Setor Público	dez/2018
5	Curso: A Liderança e a Gestão de Pessoas	dez/2018
6	Curso: Educação Ambiental e Sustentabilidade	dez/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAPÁ		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Formação de conciliadores	dez/2018
2	Medição e acompanhamento do índice de adesão ao exame periódico	dez/2018
3	Medição e acompanhamento do índice de absenteísmo	dez/2018
4	Elaboração da Carta de Serviços da SJAP	dez/2018
5	Elaboração do Plano de Comunicação da SJAP	dez/2018
6	Gestão de logística sustentável	dez/2018
7	Construção e implementação do Plano de Capacitação de Magistrados e Servidores da SJAP	dez/2018
8	Adoção de medidas para acessibilidade no prédio-sede da SJAP (reformas) conforme previsto no Plano de Obras/SJAP	dez/2018
9	Adoção de medidas para melhoria da segurança institucional e patrimonial	dez/2018
10	Descentralização de acesso a internet nas subseções de Laranjal do Jari e Oiapoque	dez/2018
11	Prover acesso à internet banda larga, com tecnologia 4G ou superior, aos magistrados e unidades da administração.	dez/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA		

Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Programa de sustentabilidade	dez/2018
2	Adaptação do sistema informatizado (CIT SAUDE) gerando relatórios por Seccional e setoriais por incidência de CID	dez/2018
3	Assinatura de convênios com concessionárias de serviços públicos para fornecimento de dados cadastrais dos usuários aos magistrados	jun/2018
4	Estudos de viabilidade de instalação de posto avançado de atendimento da Justiça Federal no SAC - Serviço de Atendimento ao Cidadão	dez/2018
5	Criação do banco de sentenças	jun/2018
6	Otimização e modernização das ferramentas de comunicação/intimação entre as varas, os peritos do juízo e os reclamantes nos processos do JEF	jun/2018
7	Estudos para analisar a viabilidade de criação de uma central de precatórios e RPV	jun/2018
8	Trabalho conjunto entre o NUCOD e CENTRO DE CONCILIAÇÃO para agilização de audiências de conciliação com o INSS.	jun/2018
9	Realização de audiências de conciliação em todos os processos referentes a dano moral contra a Caixa Econômica Federal	jun/2018
10	Estudos para analisar a viabilidade de firmar convênios com faculdades particulares para instalação de Núcleos de Práticas Jurídicas	jun/2018
11	Aprimorar procedimentos nas áreas de compras, licitações e contratos	dez/2018
12	Celebração de acordo com o INSS para a intimação em Secretaria em casos específicos	dez/2018
13	Celebração de acordo com o INSS para a análise de processos antes do julgamento, objetivando a desistência de recursos	dez/2018
14	Aprimorar procedimentos nas áreas de compras, licitações e contratos	dez/2018
15	Implementação de medidas corretivas e preventivas a minimizar os riscos ambientais e possibilitar a devida instrução dos processos administrativos de acidente em serviço/doença ocupacional.	dez/2018
16	Criação de rede WAN própria da SJBA com ampliação para as Subseções Judiciárias, que deverão possuir link próprio de Internet e firewall	jun/2018
17	Garantir infraestrutura adequada – Contratar empresa para elaborar projeto executivo de modernização das instalações elétricas da Seção Judiciária da Bahia.	dez/2018
18	Contratar empresa para cadastro e projeto de adequação às normas de toda rede de cabeamento elétrico e estruturado das instalações dos prédios Sede e Anexo do Fórum Teixeira de Freitas - JFBA.	dez/2018
19	Contratação de empresa para implantação de novo CFTV nas áreas internas e externas dos Fóruns Teixeira de Freitas e Arx da Costa Tourinho.	jan/2018
20	Substituição de lâmpadas fluorescentes por lâmpadas led.	dez/2018
21	Substituição de válvulas de descargas dos vasos sanitários por válvulas com acionamento em dois níveis de vazão de água	dez/2018
22	Realização de ações de capacitação voltadas para gestão de pessoas e Direito (fim da JF), tanto de cunho virtual como presencial	mar/2018
23	Produção e desenvolvimento do Encontro de Diretores das áreas fim e meio juntamente com a SECAD	abr/2018
24	Implementação de mudanças nos procedimentos para adequação ao novo sistema de informações tributárias, previdenciárias e trabalhistas (E-social)	jun/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO DISTRITO FEDERAL		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Inserção da Seccional nas redes sociais	3 meses
2	Criação de Seções de Auditoria nos Núcleos de Controle Interno	1 ano
3	Cadastramento de autos judiciais findos no Oracle	1 ano e 6 meses
4	Oficina do Novo Código de Processo Civil	dez/2017
5	Implantação da descrição arquivística de documentos históricos por meio do software livre ICA-ATom	1 ano
6	Desenvolvimento de aplicativo para smartphones, tablets e ipads com finalidade principal de realizar Consulta Processual	dez/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Implantação do Setor de Cidadania na Seção Judiciária de Goiás	dez/2018
2	Construção da nova sede da Seção Judiciária em Goiânia-GO	dez/2023
3	Construção da sede própria da Subseção Judiciária de Aparecida de Goiânia-GO	dez/2021
4	Execução de projeto de reforma dos ambientes das Turmas Recursais	dez/2018
5	Implantação do projeto complementar de segurança	dez/2018
6	Realização da Semana de Saúde - Prevenção em Saúde por meio de mudanças de hábitos	set/2018
7	Imunização contra a Gripe Normal e H1N1	abr/2018
8	Realização da Campanha Infantil de Prevenção à Cárie	abr/2018
9	Realização da Campanha Periodontal Adulto	mai/2018
10	Realização de Ginástica Laboral	nov/2018
11	Aplicação de controles internos e gestão de riscos no âmbito da Secretaria Administrativa - Secad, numa unidade piloto a ser definida.	dez/2018
12	Contratação de serviço de locação de impressoras para os edifícios de Goiânia	dez/2018
13	Realização de curso de capacitação em redes de computadores com ênfase em roteamento e proteção via Firewall	dez/2018
14	Realização de Audiências de Conciliação e Capacitação de Conciliadores.	dez/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO MARANHÃO		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Uso de crachá pelos servidores, estagiários e colaboradores	dez/2018
2	Treinamento de servidores e criação de procedimentos para servidores que fazem atendimento em secretaria e gabinetes	dez/2018
3	Identificar situações de riscos e elaborar planilha de prioridades e sugestão de encaminhamentos para tomada de decisão pelo gestor	dez/2018
4	Absenteísmo identificação e ações para prevenir	dez/2018
5	Adesão aos exames periódicos	dez/2018
6	Promover procedimentos de ambientação de chegada de servidores novos	dez/2018
7	Otimizar o espaço do depósito judicial com a destinação de bens que não necessitam continuar em guarda	
8	Identificar o clima organizacional na Seção Judiciária	dez/2018
9	Divulgação e acompanhamento das Metas Estratégicas	dez/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Melhorar os serviços de atendimento ao cidadão	dez/2018
2	Suprir as necessidades de infraestrutura tecnológica e dos sistemas de informação	dez/18
3	Aprimoramento do fluxo de informações recursos repetitivos e repercussão geral;	dez/18
4	Ampliar as possibilidades, funcionalidades e eficiência do atendimento prestado pelo Centro Judiciário de Conciliação/SJMG	dez/18
5	Promover, implantar e melhorar a acessibilidade de magistrados, servidores, colaboradores e jurisdicionados aos prédios e serviços da Justiça Federal SJMG	dez/18
6	Desenvolvimento de ações no plano de comunicação da estratégia	dez/18
7	Ênfase na promoção da saúde do trabalho -1	dez/18
8	Ênfase na promoção da saúde do trabalho -2	dez/18
9	Implantação de planos de gestão para desdobramento da estratégia	dez/18
10	Responsabilidade Ambiental - Implantação de ações de sustentabilidade	dez/18

11	Aprimoramento da gestão da justiça criminal	dez/17
12	Estreitar relacionamento e troca de experiências entre a CEMAN e as Varas, no intuito de se revisar procedimentos, aprimorar a comunicação e minimizar o retrabalho	jul/18
13	Promover maior integração e capacitação dos oficiais de justiça da seccional	jul/18
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Interiorização dos Centros Judiciários de Conciliação	dez/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARÁ		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Implantação da nova Sede da Subseção de Castanhal	out/2019
2	Restrução das unidades administrativas	ago/2017
3	Adoção de ações de qualidade de vida	
4	Adoção de práticas sustentáveis na Seção Judiciária do Pará	dez/2017
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PIAUÍ		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Capacitação de Magistrados e Servidores	dez/2018
2	Aperfeiçoamento na identificação de riscos que ameacem o atingimento dos objetivos da organização	dez/2018
3	Instalação de Restaurante / Cantina no Ed. Do Prédio Sede da Seccional	dez/2018
4	Mudança na fachada do Ed. Do Prédio Sede da Seccional	dez/2018
5	Melhorias nas instalações físicas do imóvel locado onde funciona a Seccional Judiciária de Picos/PI.	dez/2018
6	Implementação da Coleta Seletiva do Lixo	dez/2018
7	Modernização do sistema de telefonia do Ed do Prédio sede	dez/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Projetos de segurança: aquisição de equipamentos e sistemas de controle da segurança nos acessos às dependências internas.	31/12/2017
2	Governança pelo Diref: Designação de magistrados e servidores (alta administração) com competência e poderes para realizar permanentemente a gestão da estratégia.	30/12/2017
3	Governança pelos demais juízes para impulsionar localmente a estratégia nacional.	31/12/2017
4	Elaboração de projetos e execução de acessibilidade predial	31/12/2018
5	Ampliação do estacionamento da SJRO	31/12/2017
6	Difundir o Pje através de treinamento em serviço	30/04/2017
7	Prioridade ao primeiro grau: Acompanhar junto ao CGR-Priori a demanda pela normatização e providências na melhoria no Primeiro Grau de Jurisdição	31/12/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Criar formulário físico e eletrônico para consulta, a ser disponibilizado no Portal da SJRR;	dez/2018
2	Elaborar e implementar publicação descritiva dos serviços prestados pela Seção judiciária tendo como alvo o público usuário.	dez/2018
3	Identificar e julgar, até 31/12/2018 100% dos processos distribuídos até 31/12/2012 e, pelo menos, 85% dos processos distribuídos até 31/12/2013.	dez/2018
4	Identificar e julgar, até 31/12/2018, 70% das ações de improbidade administrativa distribuídas até 31/12/2014	dez/2018
5	Aumentar o número de processos encerrados por meio de conciliação cuja meta é o aumento em relação ao ano anterior (2017).	dez/2018
6	Instalar sinalização tátil direcional - piso tátil	dez/2018
7	Adequar os balcões e guichês às dimensões necessárias para o acesso de cadeirantes.	dez/2018
8	Separar os tráfegos da rede corporativa (WAN) e da Internet, eliminando as sobrecargas do link WAN que liga a seção ao Tribunal.	dez/2018
9	Ampliar a capacidade de proteção dos equipamentos eletrônicos com a aquisição de no-break predial.	dez/2018
10	Modernizar as atividades de fiscalização do acesso de pessoas à Seção Judiciária de Roraima, mediante aquisição de aparelho scanner raio-x.	dez/2018
11	Otimizar a utilização do espaço físico dos arquivos judiciais e administrativos, mediante aquisição de arquivo deslizante.	dez/2018
12	Reativar a sala de treinamento.	dez/2018
13	Desenvolver guia rápido de procedimentos das área administrativas com fluxogramas.	dez/2018
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE TOCANTINS		
Iniciativas Estratégicas		Prazo
1	Descentralização da Rede WAN - Contratação de Rede Corporativa de Longa Distância (WAN)	jun/2018
2	Obra de Reestruturação do Datacenter da SJTO.	dez/2018
3	Acessibilidade as instalações da SJTO	ago/2018
4	ABSENTEÍSMO - mapeamento de suas causas.	dez/2017
5	Ginástica Laboral	dez/2017
6	Adesão aos Exames Periódicos de Saúde	dez/2017
7	Pesquisa de Clima Organizacional da Seção Judiciária do Tocantins	dez/2018
8	Acompanhamento das Metas Estratégicas 2017	dez/2017
9	Plano de Logística Sustentável	dez/2017
10	Instalação da 2ª Vara Federal em Araguaína	dez/2017

A proposta colocada pela Diretora da Diple foi que as iniciativas fossem aprovadas preliminarmente, condicionadas à disponibilidade orçamentária, enquanto a proposta orçamentária estiver sendo planejada, e condicionadas também à inclusão das iniciativas no módulo Sei Projetos, em que serão feitos todos os trâmites de aprovação, inclusive do ordenador de despesas.

O Diretor Geral reforçou que a aprovação estará condicionada à questão do orçamento, que relativo ao ano de 2018, ainda está em elaboração. Orientou que as seccionais devem reduzir os planos ao máximo, diante das dificuldades que a PEC dos gastos vem trazendo para a 1ª Região daqui para frente. Destacou que foram surpreendidos pela área técnica do CJF, com um encaminhamento desfavorável em relação ao TRF 1ª Região, na questão da PEC dos gastos, e que o trabalho de se reverter isso já está sendo conduzido pelo Presidente, Desembargador Hilton Queiroz, em tratativas com os ministros do STJ. Para esclarecer o ocorrido, o Diretor Geral, detalhou que a PEC dos gastos diz que o orçamento de 2018 será baseado na execução do orçamento do ano de 2016. Isto significa que tudo que foi gasto efetivamente em 2016 balizará o orçamento dos órgãos nos próximos anos, corrigido pela inflação. Em 2016, segundo ele, foi gasto o orçamento de 2016 somado aos restos a pagar (despesas dos anos anteriores liquidadas em 2016). Relatou que a área técnica do CJF colocou que a 1ª Região teve um gasto superior aos demais Tribunais no ano de 2016, mas que tais gastos foram motivados por 2 fatores: - o orçamento de 2016 foi cortado quando tramitava no Congresso Nacional e a 1ª Região foi a única que conseguiu recompor parte desses cortes; - em 2015, já cientes dos cortes que ocorreriam em 2016, a 1ª Região antecipou despesas de

2016, que a exemplo de despesas com informática e aluguéis, foram empenhadas em 2015 e liquidadas em 2016, à medida que foram acontecendo. Esses, de acordo com o Diretor Geral, foram os fatos que elevaram os gastos em relação aos demais Tribunais. Ele ressaltou que tanto a recomposição quanto o trabalho com restos a pagar estavam disponíveis para realização de quaisquer dos Tribunais, o que não aconteceu. E concluiu que todo o trabalho realizado pela 1ª Região foi por ciência do impacto e prejuízo que a PEC dos gastos traria para o cenário da organização, havendo êxito na efetividade das ações.

O Presidente do Tribunal interveio, dizendo que foram revertidos em parte, os prejuízos advindos da PEC. O Diretor Geral continuou dizendo que não é justo que o TRF 1ª Região seja penalizado, um vez que se destacou em eficiência na Administração, e não se justifica um corte nessa redefinição dos gastos de 2016, que é o que o CJF quer fazer. Prosseguiu, informando que, em 2016, cada região gastou sua cota de orçamento, a 1ª Região gastou 420 milhões, e na redefinição dos gastos haveria um corte de 60 milhões, o que corresponderia a uma redução de 15% de despesa efetiva em 2016. Esse valor é considerado significativo, conforme relata, principalmente quando se considera ainda que já houve cortes no ano de 2016, o que deixaria o Tribunal em situação delicada.

Por fim, colocou novamente que o Presidente do Tribunal vem fazendo o trabalho de reverter esse encaminhamento da área técnica do CJF, junto à Presidente do STJ e Corregedor, que estão favoráveis ao acolhimento do pleito, mas que tal assunto ainda está em discussão, desejando o Presidente do TRF 1ª Região ainda conversar com o Vice Presidente e outros Ministros que compõem o CJF.

O Diretor Geral disse que essas são as razões de se aprovar as iniciativas a depender do que ocorrer com o orçamento.

O Presidente do Tribunal ponderou que não é certo de se obter êxito, já que a situação está pendente de decisão, é objeto de discussão, e levando-se em conta que há uma tendência de se escutar áreas técnica. Dessa maneira, considerando tempos mais áspers que podem ocorrer, ele reforçou a necessidade de reavaliação das iniciativas, à luz da proposta orçamentária de 2018.

Sem apresentação de dúvidas ou pedido de esclarecimentos pelos presentes, o Presidente informou que o Tribunal e as Seccionais reavaliarão as iniciativas à luz da proposta orçamentária para 2018 e enviarão os planos de projeto, para análise na 2ª RAE, e é **pré-aprovada pelo CGER-TRF1 a relação de iniciativas propostas para 2018, condicionadas à disponibilidade orçamentária e à apresentação dos planos de projeto.**

Foi apresentada uma minuta de Portaria pela Diretora da Diple, que traz as duas últimas deliberações, relativas à consolidação dos planos de ação anteriores e futuros, e aprovação preliminar as iniciativas propostas para o Plano de Ação de 2018. **Sem nenhuma discordância dos membros do CGER-TRF1, a minuta é aprovada.**

V – POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

A Diretora da Diple explica que, no último dia 20 de março, foi aprovada, na reunião do Cogest, a Política de Gestão de Riscos da Justiça Federal, e feito encaminhamento dessa política para o Plenário do CJF. Assim que aprovada, ela será assinada e enviada para o TRF 1ª Região. Nela foram definidos os seguintes aspectos:

- Objetivos
- Princípios da Gestão de Riscos
- Conceitos
- Diretrizes para o Processo de Gestão de Riscos
- Estrutura de Governança da Gestão de Riscos
- Estabelecimento de Responsabilidades
- Controles Internos da Gestão

Assim, a Diretora da Diple ressalta que sua apresentação foi realizada para que os membros tomem ciência da sua existência e de que em breve haverá uma Resolução, determinando que essa Política deverá ser adotada por todo o Tribunal.

VI- REUNIÃO DE ANÁLISE DA ESTRATÉGIA

PAUTA

Exercício 2016

- Entrega do Relatório de Execução da Estratégia
- Selo Estratégia em Ação

Exercício 2017

- Análise da situação das metas

A Diretora da Diple relatou que, na análise da estratégia, avalia-se o cumprimento das metas nacionais e específicas da Justiça Federal, assim como a situação das iniciativas estratégicas. Como a 1ª Região é muito grande, com 14 seccionais e 82 subseções, além de haver proposição de muitas iniciativas em todos os anos, não seria possível para o CGER-TRF1 analisar uma a uma. Por essas razões, o Presidente do Tribunal, Hilton Queiroz, assinou a Portaria 386/2016, que delegou aos Cipes (Comitês Institucionais de Planejamento Estratégico) para que tais comitês fizessem a análise local dessas iniciativas, verificando se tudo está correndo dentro do planejado, se é necessária alguma intervenção do CGER, considerando que cabe ao CGER, dentre outras atribuições, garantir recursos humanos e orçamentários para propostas estratégicas. Logo, os Cipes fazem um relatório e encaminham para o CGER.

No ano de 2016, conforme expõe a Diretora da Diple, foram 18 metas para ser acompanhadas, abaixo estão os resultados das processuais. As metas 4, 6 e 8 foram as que o Tribunal apresentou mais dificuldades. São consideradas de difícil cumprimento, já que a 1ª Região

apresenta o maior acervo desses processos na Justiça Federal, e também são consideradas difíceis pelos demais regionais. As metas 1 e 7 foram as metas em que o Tribunal ganhou destaque, sendo o único a cumprir a meta 1. Na última reunião do Cogest, o Presidente do Tribunal, Desembargador Hilton Queiroz, apresentou as melhores práticas adotadas pela 1ª Região para levar ao cumprimento de tais metas e citando o Selo Estratégia em Ação.

O gestor estratégico de metas do 1º grau interveio e justificou o desempenho nas metas 4 e 8. Disse que o maior passivo está na Justiça Federal e que, apesar do desempenho insatisfatório, os juízes da 1ª Região foram os que mais julgaram improbidade administrativa em números absolutos.

UF	Meta 01	Meta 02					Meta 03	Meta 04	Meta 05	Meta 06	Meta 07		Meta 08
	Conhecime nto	mais Antigos					Conciliaçã o	Improbidad e Administra	Exec.NÃO Fiscal	Ações Coletiva	Criminais Julgados	Criminais Baixados	Imp. Adm., Tráf.Pesso as e Trab.
	No Ano Corrente	Vara		JEF ou TR	JEF		No Ano Corrente	Até 2014	No Ano Corrente	Até 2012	No Ano Corrente	Até o Penúltimo Ano	
	Até 2011	Até 2012	Até 2012	Até 2013									
Julgar mais que o Distribuído	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 70%	Julgar todo o Passivo	Julgar pelo menos 90%	Julgar pelo menos 70%	Conciliar mais que o ano	Julgar pelo menos 70%	Baixar mais que o Distribuído	Julgar todo o Passivo	Baixar mais que o Distribuído	Julgar pelo menos 70%		
AC	95,74%	87,10%	114,29%	99,72%	110,84%	141,79%	82,63%	71,43%	97,18%	44,44%	79,89%	76,44%	45,11%
AM	82,46%	71,34%	88,00%	99,32%	108,78%	141,45%	88,56%	29,54%	113,97%	24,44%	100,37%	100,61%	58,41%
AP	111,76%	77,43%	121,05%	100,00%	111,05%		40,64%	58,73%	101,05%	66,67%	185,00%	173,33%	93,68%
BA	94,11%	79,69%	110,37%	98,37%	110,27%	126,78%	62,71%	39,45%	78,68%	32,49%	128,03%	121,50%	56,06%
DF	96,85%	79,95%	105,99%	99,20%	108,88%	121,91%	88,13%	27,44%	99,16%	37,85%	115,41%	119,08%	42,29%
GO	95,08%	89,20%	124,54%	99,37%	110,72%	140,58%	85,01%	57,14%	92,57%	59,57%	132,02%	119,72%	72,45%
MA	97,48%	66,52%	83,53%	97,69%	109,84%	134,35%	127,47%	35,61%	52,36%	22,62%	88,62%	71,82%	29,57%
MG	111,99%	88,45%	120,26%	95,39%	110,08%	102,65%	85,57%	43,04%	93,51%	55,03%	130,89%	121,93%	76,37%
MT	96,73%	77,12%	112,43%	97,53%	106,83%	130,20%	124,21%	45,30%	50,04%	39,47%	125,05%	120,66%	60,04%
PA	103,53%	70,07%	98,64%	94,46%	110,36%	136,40%	93,04%	45,91%	93,81%	43,63%	83,58%	72,54%	48,22%
PI	101,16%	72,11%	94,67%	97,85%	108,65%	108,08%	84,98%	40,12%	76,89%	21,92%	133,97%	133,62%	50,24%
RO	123,51%	81,82%	97,56%	99,46%	110,52%	136,78%	177,60%	32,22%	81,81%	35,14%	118,03%	101,66%	48,43%
RR	102,21%	84,68%	120,15%	100,00%	110,69%		105,32%	39,68%	63,38%	53,33%	95,45%	92,33%	69,69%
TO	120,93%	80,62%	97,88%	99,25%	105,60%	137,67%	96,96%	53,69%	56,14%	46,34%	108,87%	93,60%	54,50%
Total 1º grau	102,42%	80,29%	108,72%	97,08%	109,71%	121,88%	89,42%	31,24%	86,10%	40,09%		106,51%	54,38%
Total 2º grau	92,46%	73,19%	95,33%				59,78%	71,04%		40,45%		74,86%	57,90%

O Diretor Geral destacou a atuação do CGER-TRF1 e do Tribunal no planejamento estratégico, que têm sido eficazes, apresentaram resultados rápidos e positivos, e mudaram o cenário, no sentido de que a visão negativa da 1ª Região passou a referência na execução de certas metas, mesmo com todas as dificuldades enfrentadas pela sua realidade.

O Diretor Geral propôs que alguma unidade judiciária que tenha tido um desempenho de excelência seja utilizado como referência/estudos, ou que sejam realizados mutirões, para que o Tribunal tente reverter os problemas nas metas 4, 6 e 8, tentando sair do índice "vermelho", e chegar, pelo menos, no "amarelo".

O primeiro a se manifestar foi o gestor estratégico de metas do 1º grau, que acredita que os entraves devem ser verificados, que as razões para isso devem ser levantadas, se é o modelo de gestão da unidade ou o passivo, além de ser necessário criar mecanismo de mutirões para as unidades que não conseguem cumprir as metas por razões estruturais.

A Diretora do Foro de Minas Gerais sugeriu mutirões e concordou com a ideia de buscar unidade de destaque para compreender processos de gestão adotados.

O Diretor do Foro do Maranhão achou as duas propostas válidas, acredita que os mutirões devem ser realizados, porém acha que soluções a médio e longo prazo também devem ser adotadas, a partir da análise dos problemas encontrados em cada unidade. Ele afirmou que é necessário melhorias na distribuição de competência de improbidade, e importante pensar numa especialização de varas nesses tipos de processos.

O Diretor do Foro de Rondônia concordou com o gestor estratégico de metas do 1º grau, e acredita que, para cada local, a solução será direcionada e específica. Sugeriu análise dos relatórios de correção e suspeição, avaliando os problemas apontados pelas varas com especialização em improbidade. Propôs também que um juiz seja colocado plenamente para julgar certa matéria.

O gestor estratégico de metas do 2º grau concordou com o Diretor do Foro do Maranhão e com o gestor estratégico do 1º grau, relativos à verificação das necessidades pontuais. Ele foi a favor dos mutirões, mas ressaltou que deve ser pensado em algo a longo prazo, como uma revisão de competências das varas cíveis e de improbidade.

A Coordenadora dos JEFs afirmou que acredita que, enquanto as competências não são revistas ou a especialização é estudada, os mutirões podem ser focados para julgamento dos processos das metas 4, 6 e 8, ou seja, que as ações ocorram simultaneamente. Quanto à avaliação dos relatórios de correção, ela citou o exemplo do próprio Gabinete que, com o relatório de inspeção, passou a priorizar ações coletivas que foram constatadas. Ela disse que cabe ao magistrado fazer um trabalho de planejamento estratégico e de gestão, levantando os processos mais antigos das matérias das metas. Aproveitou para parabenizar os magistrados que conquistaram o Selo Estratégia em Ação e para dizer que pelo número de processos recebidos pela 1ª Região, haver premiação na meta 1, já é um grande passo.

O encaminhamento segundo o Presidente, Desembargador Hilton Queiroz, no que se refere a **propostas de melhorias para os índices das metas 4, 6 e 8, apresentadas pelos integrantes do CGER-TRF1**, foi:

- verificar disponibilidade de orçamento para realização de mutirão;
- especialização de varas em improbidade, a partir da revisão das atribuições das existentes;

- estudos a partir de relatórios da Corregedoria para aferir peculiaridades de cada Seccional, com vistas a melhorar o desempenho no cumprimento dessas metas;

- enfatizar que as varas cíveis dêem foco às ações coletivas;

O Presidente questionou cada um dos participantes, se estavam de acordo com as propostas. A única que apresentou ressalva foi a Diretora do Foro de Minas Gerais, pontuando que o Estado está com mutirão nas Turmas Recursais por um ano, o que poderia tornar a situação de mutirão delicada. Como alternativa, ela sugeriu que haja designação de juizes em auxílio para se comprometerem com esses tipos de processos debatidos.

Dessa forma, o Presidente do TRF 1, Desembargador Hilton Queiroz, junto aos demais membros do CGER-TRF1, validaram os encaminhamentos anteriores e acrescentaram o seguinte:

- utilizar juiz substituto para julgar ações relacionadas a essas metas e para participar de mutirão.

SELO ESTRATÉGIA EM AÇÃO

A Diretora da Diple deu ciência aos presentes dos fatos relativos ao Selo Estratégia em Ação, inicialmente da divulgação do resultado oficial dia 07.03.17 e da premiação no dia 31.03.17. Na modalidade Seção Judiciária, a vencedora foi Minas Gerais (selo diamante), o selo ouro foi dado à Seção Judiciária de Goiás, o selo prata à Seção Judiciária do Amapá e o selo bronze à Seção Judiciária de Rondônia. Explicou que, para tal modalidade, são avaliados o conjunto de metas e qual é o desempenho de toda a Seção Judiciária, incluindo todas as suas unidades jurisdicionais de capital e interior. Destacou que a SJMG fez um trabalho muito bom de divulgação da estratégia, como os seminários com presença de magistrados e servidores. Esse envolvimento e dinâmica garantiram, segundo ela, a excelência no cumprimento das metas e garantiram a premiação do selo.

Em relação às unidades judiciárias, 81 unidades premiadas, entre varas, Juizados Especiais Federais (JEF) e Turmas Recursais, que foram agraciadas da seguinte forma: 10 com selo diamante, 34 com selo ouro, 18 com selo prata e 19 com selo bronze. Os JEFs, conforme extrato abaixo, foram os grandes cumpridores de metas em 2016. E com essas ações propostas para cumprimento das metas 4, 6 e 8, reforçou que acredita em melhores resultados. A Coordenadora dos JEFs complementou que, além das ações que devem ser adotadas pelos Diretores de Foro, é fundamental o envolvimento deles, seja divulgando metas ou adotando em sua rotina de trabalho o planejamento estratégico

Unidades jurisdicionais	Existentes	Premiadas	
Varas Federais de competência geral com JEF adjunto (interior)	98	3	3,06%
Varas Federais cíveis	72	5	6,94%
Varas Federais cíveis e agrárias	3	0	0,00%
Varas Federais ambientais e agrárias	4	0	0,00%
Varas Federais de execução fiscal	24	2	8,33%
Varas Federais cíveis e criminais	15	1	6,67%
Varas Federais criminais com JEF adjunto	16	4	25,00%
Varas Federais criminais (sistema financeiro) com JEF adjunto	7	1	14,29%
Juizados Especiais Federais	55	28	50,91%
Relatorias de Turmas Recursais	75	37	49,33%
TOTAL	369	81	21,95%

Após a apresentação dos resultados alcançados pelas seccionais e unidades judiciárias, o Presidente do Tribunal abriu a palavra para manifestação dos presentes.

A Diretora do Foro de MG citou ações que têm sido executadas pela Seccional de MG, que "desafogaram" as unidades e podem ter contribuído para seu posicionamento no Selo Estratégia em Ação:

- criação do setor de cartas precatórias, que não passam mais pelo Juízo e vão direto para cumprimento;
- a mesma ação também ocorreu com as videoconferências, que são realizadas fora das varas;
- intimação realizada via whatsapp nos JEFs.

O Diretor do Foro de MA parabenizou os premiados, e questionou o resultado, uma vez que soube de unidades do Estado, que não foram incluídas, apesar do bom desempenho. Sugere ajustes nos critérios, exemplificando com a Turma Recursal de destaque, que possui menos de 1000 processos, e julga processos de 60 a 90 dias.

O Diretor Geral informou que serão reavaliados os critérios, a partir do exemplo citado. O gestor estratégico de metas do 1º grau sugeriu que pode não ter havido cumprimento das metas 1 e/ou 3, comum a todos, ou inconsistência no lançamento de fases, que se causado por erro humano, foi considerado pela Comissão do Selo não acatado para pontuação, nos recursos interpostos ao resultado preliminar. Ele ressaltou que alguma razão concreta deve ter ocorrido para que os casos citados por Maranhão não tenham sido premiados.

A Coordenadora dos JEFs parabenizou a iniciativa do Selo, sem custos, e sugeriu a divulgação das boas práticas pelos que tiveram resultados positivos. Ela voltou-se para a questão da intimação via whatsapp e disse que não foi regulamentada ainda pelo Tribunal, mas que a Cojef aprovou as ações da SJMG. Sugere que a Secge faça estudos dos meios de comunicação de toda a 1ª Região, revisando-os. Afirmou que as unidades, nessa nova realidade, serão agraciadas com celular e que devem tomar Minas Gerais como referência, também no aspecto de verificar a disponibilidade de aparelhos junto a Receita Federal. Reforçou a economia de custos que pode decorrer dessas ações. O Presidente do Tribunal solicitou o número do PAe-SEI que trata do assunto da intimação para priorizar o caso.

O Diretor do Foro do Maranhão falou que o Selo Estratégia em Ação foi uma estratégia organizacional bem pensada, com pouco custo e que serve de incentivo para o bom desempenho das unidades.

Assim, os encaminhamentos relativos aos resultados do Selo Estratégia em Ação foram:

- possibilidade de reavaliação dos critérios da Portaria que instituiu o selo, analisando o caso de varas que possam de alguma forma não estarem sendo avaliadas;
- acolhida a manifestação quanto à necessidade de uma deliberação em termos normativos a respeito das intimação por

whatsapp;

- e a Administração aguarda a informação do processo que trata do assunto para dar o pertinente trato.

O Presidente do Tribunal reiterou os parabéns pela categoria diamante à Diretora do Foro de MG e pela categoria bronze ao Diretor do Foro de RO.

ANÁLISE PARCIAL DAS METAS 2017

A Diretora da Diple apresentou um extrato das metas relativo aos meses de janeiro e fevereiro de 2017, conforme tabela abaixo, já que o mês de março não havia acabado. Ela apontou que os mesmos problemas relativos às metas 4, 6 e 8 permanecem, mas reforçou que, com as medidas aprovadas anteriormente, os resultados podem ser melhorar. Com relação à meta 2, em que observam-se colunas vermelhas, explicou que, como é meta com alvo, a tendência é que os índices melhorem no decorrer do ano, quando mais processos serão julgados e estarão perto do percentual de cumprimento. No que se refere às metas 1, 3, 5 e 7 detalhou que são de acompanhamento contínuo, porque não tem alvo específico, a exemplo da meta 1, em que se pode julgar qualquer processo e ele será contado no cálculo. No caso das metas pares, reiterou que são com alvo, e que o acervo específico deve ser julgado.

O Diretor Geral pontuou que é necessário intensificar a divulgação das metas 2017, mostrando os resultados parciais, para que varas e gabinetes possam se empenhar no cumprimento, e o cenário atual, que possui muitos índices vermelhos, mude de cor.

O Presidente do TRF 1 abriu espaço para manifestações.

A Diretora do Foro de Minas Gerais agradeceu os cumprimentos pela conquista do Selo Diamante, mas disse que é um mérito de todos os servidores e magistrados das unidades administrativas e judiciais.

O Diretor do Foro de Rondônia pediu que seja informado mensalmente do quadro das metas atualizado, para que a Direção do Foro seja o fiscal de cumprimento de metas, alertando todos os demais juizes do estado.

O Gestor Estratégico de Metas do 2º grau orientou no sentido de que as metas podem ser consultadas através do sistema e-Siest.

A Diretora da Diple informou que o extrato das metas já é encaminhado mensalmente para as unidades jurisdicionais, mas que podem ser incluídos os Diretores de Foro nesse encaminhamento.

O Gestor Estratégico de Metas do 1º grau apresentou uma última manifestação em nome da Comissão do Selo, dizendo que a premiação foi uma iniciativa primorosa do Tribunal e que serve como um estímulo positivo no cumprimento das metas.

A Coordenadora do JEF parabenizou a iniciativa e concluiu dizendo que, como ainda é início de ano, e adotando as estratégias estabelecidas, será possível dar cumprimento às metas e reiterou a questão de compartilhar as boas praticas.

O Presidente do Tribunal informou que ficaria registrado quanto ao cumprimento de metas do ano 2017, **que houve uma análise parcial, mas que o CGER-TRF1 dará uma especial atenção ao ano de 2017. Serão incluídos Direção do Foro na comunicação mensal do extrato das metas, para que todos se envolvam no seu cumprimento.** Isso poderá colaborar para que, no transcurso do ano, as metas sejam devidamente atendidas.

Por fim , o Presidente do Tribunal aproveitou para comunicar que será encaminhado um ofício a todos os Juizes Federais da 1ª Região para dar cumprimento aos artigos 45, 46 e 47 da Resolução CJF RES 2016/00405.

UF	Meta 1	Meta 2				Meta 3	Meta 4	Meta 5	Meta 6	Meta 7	Meta 8
	Conhecimento	Mais antigos				Conciliação	Improbidade Administrativa	Exec. NÃO Fiscal	Ações Coletivas	Criminais	Imp. Adm., Tráf.Pess. E Trab.Escr.
	No ano corrente	Vara - Até 2012	Vara - Em 2013	JEF - Até 2014	TR - Até 2014	No ano corrente	Até 2014	No ano corrente	Até 2012	No ano corrente	Até 2015
	Julgar mais que os distribuídos	Julgar todo o passivo	Julgar pelo menos 85%	Julgar todo o passivo	Julgar todo o passivo	Conciliar 2% dos distribuídos	Julgar pelo menos 70%	Baixar mais que os distribuídos	Julgar pelo menos 70%	Baixar mais que os distribuídos	Julgar pelo menos 70%
AC	171,35%	35,02%	37,32%	93,49%	93,63%	240,23%	99,67%	196,30%	35,71%	142,86%	12,61%
AM	105,96%	30,34%	31,57%	87,43%	97,08%	98,51%	53,84%	206,78%	27,47%	168,42%	40,74%
AP	75,19%	47,73%	51,46%	98,48%		326,36%	76,76%	41,73%	91,84%	87,88%	37,65%
BA	107,53%	38,86%	41,74%	88,44%	61,69%	351,82%	44,43%	44,47%	38,42%	123,12%	36,53%
DF	129,51%	46,84%	47,70%	84,17%	64,49%	466,61%	41,94%	55,18%	46,26%	78,82%	34,75%
GO	84,63%	52,33%	54,68%	94,65%	80,99%	158,84%	62,58%	78,82%	64,43%	121,70%	40,52%
MA	116,04%	35,03%	34,68%	78,62%	62,49%	87,20%	38,83%	37,64%	23,55%	68,13%	21,87%
MG	121,96%	53,05%	55,09%	91,04%	43,27%	178,67%	45,08%	72,98%	60,61%	183,25%	47,23%
MT	86,78%	40,26%	42,21%	75,01%	56,52%	166,55%	60,02%	78,21%	43,19%	105,30%	42,75%
PA	133,30%	37,89%	41,02%	88,30%	36,25%	615,83%	60,84%	45,97%	56,31%	109,20%	32,35%
PI	44,97%	42,99%	46,85%	86,65%	43,74%	198,46%	58,24%	50,26%	25,04%	51,79%	43,50%
RO	105,59%	41,86%	39,74%	94,47%	80,18%	264,39%	44,05%	108,33%	49,76%	89,41%	26,76%
RR	93,40%	48,05%	49,72%	95,65%		87,99%	53,22%	86,67%	42,86%	65,33%	36,59%
TO	136,56%	34,94%	35,49%	74,88%	71,32%	756,34%	43,96%	50,27%	48,63%	137,21%	39,12%
Total 1º Grau	103,66%	43,71%	45,37%	86,61%	52,43%	249,94%	48,72%	62,22%	45,97%	119,63%	37,43%
Total 2º Grau	67,51%	28,05%			28,05%	0,00%	52,51%		33,65%	40,92%	40,48%



Documento assinado eletronicamente por **Eloisa Cruz Moreira de Carvalho, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 26/04/2017, às 13:52 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Marcelo Stival, Diretor do Foro**, em 26/04/2017, às 15:19 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Newton Pereira Ramos Neto, Juiz Federal em auxílio**, em 26/04/2017, às 15:21 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Simone dos Santos Lemos Fernandes, Diretora do Foro**, em 26/04/2017, às 19:33 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Gilda Seixas, Desembargadora Federal**, em 27/04/2017, às 17:30 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Carlos Frederico Maia Bezerra, Diretor-Geral da Secretaria**, em 03/05/2017, às 16:08 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Hilton Queiroz, Presidente do TRF - 1ª Região**, em 03/05/2017, às 18:16 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **3843676** e o código CRC **91690C29**.